

***A BELLE ÉPOQUE E A QUESTÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE SOBRE A
ASSISTÊNCIA PÚBLICA E PRIVADA NO DISTRITO FEDERAL SOB OS
OLHARES DOS CHARGISTAS D'O MALHO (1891-1930).***

Lívia Freitas Pinto Silva Soares*

Resumo: O presente estudo tem como escopo avaliar as ações de assistência aos pobres, aclamadas pelos poderes públicos e pela filantropia, no Distrito Federal, entre os anos de 1891 a 1910. Para os fins desta análise focalizaremos os anos que compreenderam o início do século XX, fortemente marcados por um intenso e controverso processo de modernização da então capital federal, responsável por conferir ares civilizados à “cidade maravilhosa” e, ao mesmo tempo, por excluir os pobres das freguesias centrais da cidade. Para tanto, utilizaremos como fontes as charges d’*O Malho*, os relatórios enviados pela Polícia para a Municipalidade e os requerimentos enviados pela população. Assim, acreditamos que esse vasto conjunto documental nos permitirá identificar as práticas assistenciais que prevaleceram nos primeiros anos do século XX, bem como delinear o perfil dos pobres que eram excluídos ou auxiliados pelas instituições de assistência existentes.

Palavras-chave: Assistência; Primeira República; Charges.

**THE BELLE ÉPOQUE AND SOCIAL ISSUE: AN ANALYSIS OF PUBLIC AND
PRIVATE ASSISTANCE IN THE FEDERAL DISTRICT UNDER THE EYES
OF CARTOONISTS D’ O MALHO.**

Abstract: This article intends to evaluate the assistance actions towards poor people (acclaimed by the government and filantropy), in the federal district, from 1891 to 1910. To do so, we will focus on the beginning of the XX century, a period of intense and controversial modernization process of the state capital, wich to the city to a more

* Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: livia_fps@hotmail.com/ liviafreitasufjf@gmail.com

civilized status at the same time that excluded the poor from the center of the metropolis. We will use the comics from the “O Malho” magazine, the reports submitted by the police to the Municipality and the application submitted by the population. We believe that this heterogeneous group of documents will allow us to identify the common assistance practices in the first years of the century, and to define the profile from the population who were excluded or helped by the assistance institutions.

Keywords: Assistance; Old Republic; Comic.

Introdução

O contexto contemplado pela presente análise situa-se na virada do século XIX para o XX, período marcado pelo recente passado escravista, o qual fora responsável pela dispersão da pobreza e marginalização de milhares de pessoas que trilhavam os primeiros passos da cidadania. Desta forma, a inserção gradativa do Brasil na ordem capitalista significou para os pobres em geral um crescente processo de exclusão em um contexto no qual a urbanização dos espaços públicos e as mudanças no mercado de trabalho os lançavam, cada vez mais, para a margem da sociedade. Somado a isso, a imigração, o êxodo rural e os ex-escravos que também se dirigiram para os maiores centros urbanos do Brasil, sem ocupação e sem moradia e ainda conviviam com o estigma da escravidão, se uniam aos setores despossuídos que viviam na capital da República e prescindiam da caridade alheia para subsistir desde o período monárquico.

Nesta perspectiva, a diversidade de raças e de nacionalidades preocupava o governo republicano e, sob os olhares das elites, constituíam-se em verdadeiros obstáculos para a estabilidade do novo regime político e uma das grandes ameaças para o nascente processo de industrialização de nosso país. Desta forma, a presença da pobreza urbana nas principais metrópoles do período gerava um forte desconforto entre as autoridades e as elites.

Por outro lado, os primeiros anos do século XX também se notabilizaram pela riqueza de novidades e inovações em diversos âmbitos, manifestadas e evidentes, sobretudo no Rio de Janeiro, sendo fortemente marcada pela influência das modas e da cultura parisiense. A capital da França era, naquele contexto, um arquétipo de tudo o que havia de novo, moderno e chique. Por essa razão, os brasileiros voltavam maravilhados desse país e com o propósito de transformar a então capital e as demais regiões do Brasil em uma nova cidade cuja principal referência era Paris. Desta forma, foi neste contexto em que foram aprovadas as medidas voltadas para a remodelação do Distrito Federal, condizentes com o projeto urbanístico idealizado pelo presidente Rodrigues Alves. O gestor, por conseguinte, se comprometera a realizar grandes reformas, as quais acabaram dando origem a uma dualidade de ordens e valores que distinguiria decisivamente a tradição cultural da cidade. O Rio de Janeiro, na condição de capital federal, deveria transforma-se num espaço civilizado, moderno e limpo nos moldes de uma “*Europa possível*” e, ao mesmo tempo, materializar um modelo de nossa nacionalidade. Por esta razão, o então presidente nomeou como prefeito do Distrito Federal, o engenheiro Pereira Passos, a quem delegou uma das principais tarefas de seu programa. O engenheiro conhecia os problemas que enfrentaria, por essa razão, condicionou a aceitação do convite ao compromisso presidencial de lhe assegurar ampla autonomia de ação. Para tanto, foi necessária a elaboração de uma lei pelo Congresso aprovada ao final de 1902, sendo responsável por conferir ao prefeito um poder praticamente ditatorial. No entanto, cabe salientar que a historiografia que analisou esse momento de nossa história demonstrou que a transformação dessa nova cidade não deixaria de ser algo problemático, sobretudo pelo fato de que esse espaço renovado deveria estar em consonância com a emergência de um novo imaginário. A literatura do período e as próprias charges analisadas neste estudo permitem-nos perceber que a visão que se consagrou acerca da modernidade esteve distante de ser harmônica e uniforme.

Determinados chargistas d’*O Malho* representaram através de suas charges, os desdobramentos da Reforma Urbana do Distrito Federal para o cotidiano dos diferentes grupos que habitavam a cidade. Seus famosos chistes buscavam levar os leitores à

reflexão sobre as contradições que continuavam a acompanhar a história do Brasil e da sua capital, e que seriam agravadas, no momento em que fossem deflagradas as medidas necessárias para a edificação da Avenida Central e de outras importantes vias urbanas. Durante os anos de 1904 a 1908 observou-se um volume expressivo de charges difundidas pela revista *O Malho* que contemplaram “o outro lado da Reforma Urbana”, as quais focalizaram o descontentamento dos moradores da capital da República com a aprovação da lei pelo Congresso que viabilizava as desapropriações de imóveis e que fora posta em prática no ano de 1904.¹ A seguir, avaliaremos as especificidades desse período de nossa história, através das charges.

A questão social sob os olhares dos chargistas d’O Malho



¹ A Reforma Urbana aclamada por Pereira Passos, à frente da prefeitura, mudou o aspecto viário da capital. Os primeiros planos para a prefeitura, sob os ordens de Passos, entraram em ação. As ruas foram alargadas, o mesmo acontecendo à Avenida Central e a de lançamento mais audacioso. Em cinco anos, essa teria oferecido, segundo a perspectiva de Mauá, copacabanas bagios, uns sérios, outros jocosos, a quem acompanhava de perto a evolução da sua abertura. Para que a linha reta da Prainha ao Boqueirão do Passeio vencesse os obstáculos defrontados pelos técnicos, foram sendo demolidos sumariamente os pardieiros que enchiam as vielas que cortavam o centro em diversas direções (...). Todas as transversais que se orientavam para o Largo do Paço e rua Primeiro de Março, foram cortadas. MAUL, Carlos. *O Rio de Janeiro da bela época*. Rio de Janeiro: Livr. São José, 1967. P. 15.

As Madamas que Assitem

Tomara já que se instale o Ofício de Assistência Pública. Não é possível assistir-se a tanta gente desassistida... de meios pagantes.²

Na charge em destaque, observamos a preocupação de uma senhora abastada com a quantidade significativa de pobres que ocupavam as ruas da capital federal. Pode-se constatar, ainda, sua esperança de que o governo assumisse a resolução das questões sociais e que instalasse, imediatamente, o Ofício de Assistência Pública³. Assim, por um lado, a análise dessa charge sugere-nos que a presença de um grande contingente de pobres e mendigos nas ruas do centro do Rio de Janeiro, região que concentrou os benefícios provenientes da reforma urbana, representasse, com frequência, uma fonte de incômodo para as elites, que costumavam frequentar os teatros, os salões, os cafés daquela área da cidade. Desta forma, o objetivo do caricaturista pode ter consistido em ressaltar a insatisfação da “senhora” em ter que conviver diariamente com tantos pobres nas ruas do Distrito Federal. Por outro, é possível considerar a existência de outra hipótese. O chargista pode ter apenas ressaltado a indignação de uma senhora da elite com a morosidade e com o descaso dos poderes públicos em face do número elevado de pessoas desassistidas, já que a maioria das ações de assistência continuou sendo levadas

² *O Malho*. 25/06/1904. Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Número 93.

³ Cláudia Maria Ribeiro Viscardi destaca que, de acordo com os relatórios feitos por Athaulpho de Paiva, desembargador atento às causas sociais, o prefeito Pereira Passos criou, em 1903, o Ofício Geral de Assistência, com o fim de conferir certo nível de sistematização aos socorros existentes no Rio de Janeiro, mantendo, no entanto, a autonomia das diversas instituições privadas de caridade. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República*. História, Ciências, Saúde- Manguinhos vol.18 supl.1 Rio de Janeiro Dec. 2011.

a cabo pela caridade e pela filantropia até a década de 1920, dada a vigência do Estado liberal que deveria intervir minimamente na sociedade. Assim, caso o Ofício de Assistência Pública começasse de fato a funcionar e atuar a favor dos desvalidos haveria um benefício para todos os moradores da capital da República. De um lado, a existência de uma instituição que amparasse os segmentos mais carentes do Distrito Federal facilitaria as suas condições de reprodução material e, do outro, tornaria o centro e as demais áreas da cidade, menos triste e desigual.

No entanto, tendo em vista a ambiguidade da linguagem humorística, acreditamos que a primeira hipótese seja a mais plausível e que a ironia desta charge encontra-se na defesa da senhora em torno da necessidade de se instalar o Ofício de Assistência Pública, pois suas ações de auxílio reduziriam o número crescente de pobres que transitavam sem rumo e mendigando ajuda e dinheiro pelas ruas do Rio de Janeiro. Tal perspectiva também se relaciona à noção de que a pobreza e a miséria constituem elementos de incômodo para a sociedade em geral.

Ao lado do grande contingente de desempregados que engrossavam as filas em busca de assistência do governo, encontravam-se os subempregados e os trabalhadores que mal ganhavam para prover o seu sustento e pagar os impostos. Vale ressaltar que a maioria dos operários convivia com uma rotina marcada pelas longas jornadas de trabalho, com poucas possibilidades de descanso e lazer, não contando com qualquer expressão de políticas sociais encaminhadas pelo poder republicano. Assim, como muito bem observou Claudio Batalha, aquele trabalhador que não contasse com um fundo beneficente da empresa, ou que não contribuísse por sua própria iniciativa para alguma forma de sociedade que fornecesse auxílios, via-se inteiramente desassistido e tinha sua sobrevivência comprometida, uma vez que não poderia contar com nenhum amparo previsto em lei. No entanto, Batalha salienta a diversidade de situações

encontradas nos diferentes Estados e entre os profissionais mais especializados e os menos qualificados.⁴

Em um país que convivia com o recente passado escravista, os impactos e os reflexos do crescente número de pobres que engrossavam as fileiras da sociedade eram percebidos de forma clara e precisa. Desde o final do século XIX os brasileiros testemunhavam um volume expressivo de miseráveis excluídos da ordem produtiva e de qualquer sistema de proteção. Eram milhares de sujeitos que não pertenciam à sociedade porque não participavam da ordem social e do processo de produção das riquezas.

Cabe salientar que, na tradição brasileira, proporcionar conforto aos doentes e desamparados era uma atribuição da sociedade. Motivados pelo compromisso cristão de caridade e a busca de prestígio e poder, as elites locais assumiram a tarefa de organizar os serviços de apoio.⁵ Na capital federal, como na maioria das regiões brasileiras, os socorros iniciais prestados às vítimas do pauperismo se originaram, sobretudo, das ações empreendidas pelas irmandades, através das inúmeras Santas Casas de Misericórdia existentes. Durante boa parte dos períodos colonial, imperial e republicano, essas instituições voltadas para a assistência se responsabilizaram por todas as formas de auxílio aos pobres, aos indigentes em geral, aos órfãos, aos mendigos, às viúvas, inválidos e doentes de todo tipo. Antes do reconhecimento da existência dos “direitos sociais”, o que existia era uma “obrigação” benevolente do Estado e das elites com aqueles que não podiam se sustentar por si, com os indivíduos que estavam impossibilitados de trabalhar e manter o seu sustento⁶. Segundo a perspectiva de Tomaschewski, ainda que não fosse possível dizer que as Misericórdias executavam as

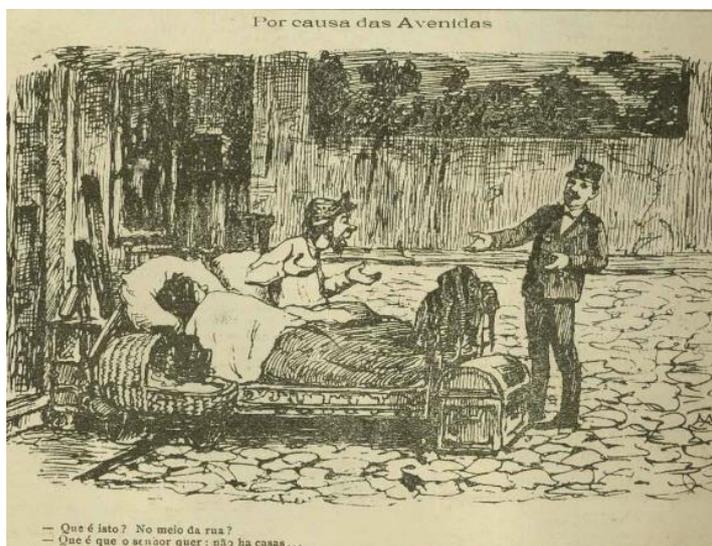
⁴ BATALHA, Cláudio. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. P. 11.

⁵ RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: UnB, 1981.

⁶ TOMASCHEWSKI, C. *Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva: A distribuição da assistência a partir das irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre*. 2014. 242f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

chamadas “políticas sociais”, elas ocuparam um lugar importante na manutenção das sociedades coloniais e pós-coloniais, no que tangencia a prestação de um mínimo de assistência às pessoas, tornando a vida em sociedade suportável. De uma forma geral, estas irmandades eram as mais importantes em nível local, e tinham proeminência em relação a outras nos cortejos fúnebres. Sua maior peculiaridade em relação às demais congêneres relacionava-se ao fato de elas prestarem auxílios a terceiros. A maioria dessas instituições que eram organizadas no mundo luso tinha como fim principal, ainda que pudessem exercer a caridade, prestar auxílio a seus membros. Ao passo que as Misericórdias eram organizadas especialmente para exercer a caridade, muito embora também prestassem auxílio material e espiritual aos irmãos.⁷ Nesta perspectiva, a saúde e a assistência continuaram sendo um assunto das irmandades- sobretudo das Misericórdias -, ordens terceiras e da filantropia, para depois se converter em um assunto da alçada estatal.

⁷ Idem, p.61.



Por causa das Avenidas

- Que é isto? No meio da rua?

-Que é que o senhor quer: não há casas...⁸

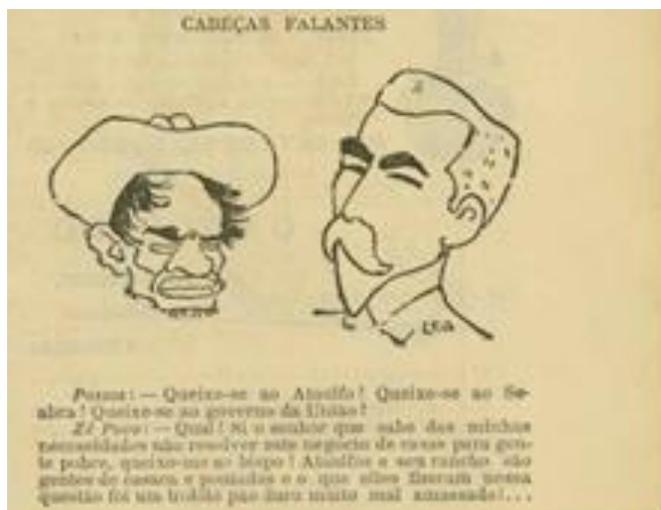
Na charge acima não assinada o caricaturista focaliza uma cena muito comum observada a partir de meados de 1904, momento em que ganhava impulso a política de demolições aclamada por Pereira Passos. É possível identificar na imagem um casal que se abriga e guarda seus pertences em uma das ruas da cidade, uma vez que não tiveram tempo ou dinheiro para pagar o aluguel de outra moradia. Ao ser advertido pelo personagem em segundo plano quanto ao fato de estar morando na rua, o personagem em destaque se revolta e afirma que não dispunha de alternativas, pois não havia casas suficientes para abrigar todos os moradores da capital federal.⁹ A política de demolições levada a cabo por Passos eliminou um número significativo de habitações ocupadas pelos trabalhadores, que não teriam mais condições de ter endereços na região renovada, cujos terrenos foram supervalorizados em virtude das grandes obras e das benfeitorias realizadas. Assim, além da ocupação dos morros e das zonas mais distantes do centro da

⁸ *O Malho*. 28/05/1904. Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Número 89.

⁹ A dissertação de mestrado “O Povo no imaginário dos letrados”, desenvolvida por mim no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora serviu de inspiração para a confecção deste artigo.



capital, as ruas da cidade seriam, temporariamente, os novos lares de determinados brasileiros. Contudo, a partir de 1905, a locação das casas de cômodos e de quartos mais modestos, que teriam de abrigar famílias inteiras, foi a solução encontrada por muitos deles.



Cabeças falantes

- Passos: - Queixe-se ao Ataulfo! Queixe-se ao Seabra! Queixe-se ao governo da União!

Zé Povo: - Qual! Si o senhor que sabe das minhas necessidade não resolver este negócio de casas para gente pobre, queixo-me ao bispo! Ataulfo o seu rancho são gentes de casaca e pomadas e o que eles fizeram nessa questão foi um trololó pão duro muito mal amassado!¹⁰...

A charge acima executada por Leônidas Freire destaca o anseio dos cariocas em torno da construção de moradias populares no Distrito Federal. O chargista confere destaque ao Prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, bem como ao personagem Zé Povo que se encontra triste, abatido e preocupado com a sua situação e de seus companheiros. Uma das maiores fontes de insatisfação dos trabalhadores relacionava-se ao fato de que a crise habitacional que se instalara após a aclamação do “bota-abaixo” estava longe de chegar ao fim e de conhecer uma resolução durante a gestão de Passos. Ao final do seu mandato, o prefeito conseguira cumprir o maior objetivo de sua gestão: modernizar e conferir um aspecto civilizado à capital federal. Por outro lado, deixava para o próximo gestor, a missão de consolidar um projeto antigo e muito discutido durante o seu governo: a construção das moradias populares. A imprensa carioca focalizava os debates e os projetos da Municipalidade em torno das demolições do Morro do Castelo e das demais construções condenadas da cidade, o que significava a

¹⁰ *O Malho*. 20/1/1906. Fundação Casa de Rui Barbosa. Número (FCRB) 175.

eliminação de um número significativo de habitações, deixando esses setores à mercê da vontade e das iniciativas do Conselho e do governo municipal.

Constata-se que o caricaturista denuncia a indiferença notável de Passos a esse problema, tal perspectiva se justifica, no momento em que o prefeito sugere ao Zé Povo queixar-se ao Athaulpho Nápoles de Paiva, desembargador preocupado com a organização e uniformização de todas as atividades de assistência pública e privada aos destituídos existentes na capital federal. Passos também aconselha o personagem encaminhar suas demandas ao ministro da Justiça, J. J. Seabra e ao governo da União, opinião que poderia estar relacionada ao fim iminente do seu quadriênio, bem como à premissa de que a resolução da questão da moradia popular não era competência da política municipal.

Desta forma, o caricaturista focaliza o descaso dos governos municipal e federal para com a população pobre do Distrito Federal, salientando a sua revolta e o seu desespero em face da iminência das demolições dos quartos, barracos e dos lares ocupados por eles, situados nas áreas centrais e nos morros cariocas. Por fim, na visão do caricaturista, o povo atribuía a ineficácia das políticas públicas, em prol da construção de novas residências destinadas a ele, ao Conselho Municipal, que apresentava projetos platônicos e mobilizava esforços mínimos no sentido de colocar termo a esse impasse. Pode-se afirmar, portanto, que os alvos maiores da crítica popular, sob a ótica do caricaturista, no que diz respeito à questão das moradias, incidiu sobre o Conselho Municipal e a atuação do desembargador Athaulpho de Paiva, uma vez que ele e os gestores públicos eram vistos como membros de uma elite e, portanto, estavam muito distantes de conhecer a realidade dos morros e subúrbios cariocas. Assim, Zé Povo afirma que somente Pereira Passos conhecia as suas necessidades, da mesma forma que se pode entender que, na visão do cartunista sobre os setores populares, a única pessoa confiável e capaz de atuar a seu favor era o então prefeito da capital federal. Dentro desta perspectiva, o caricaturista confere destaque à descrença popular em relação à assistência pública. De igual maneira, pode-se inferir desta imagem que, diante da modesta assistência oferecida pelo Estado, uma das opções mais

viáveis que se apresentavam ao Zé Povo era recorrer à caridade privada proporcionada pela Igreja (Bispo). Portanto, a análise dessa charge permite-nos concluir que o socorro público simbolizado na imagem pela alusão ao nome de Athaulpho de Paiva era completamente ineficiente e dominado por pessoas que desconheciam o cotidiano dos setores populares. Apesar disso, Passos sugere que Zé Povo busque seus direitos no setor público. E, mesmo assim, o personagem diz que recorrerá à Igreja, o que nos revela o fato de a sua confiança ser maior nessa instituição do que naquelas mantidas pelo governo.

A assistência e a filantropia no Distrito Federal

No que tange ao levantamento dos documentos privados que estão sob a guarda do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) foi possível identificar até agora que a principal fonte de preocupação da Municipalidade relacionava-se à institucionalização da higiene e ao combate das diversas moléstias que acometiam, com frequência, os moradores da capital federal. Assim, percebe-se que boa parte dos recursos públicos repassados para a área da assistência era direcionada para a criação de uma comissão da higiene e para as medidas de prevenção e de erradicação dos focos das doenças endêmicas que assolavam o Distrito Federal e as diversas cidades do Estado desde o início do século XIX.

No que diz respeito à atuação da Municipalidade na área da assistência, observou-se um esforço maior por parte dos prefeitos do Distrito Federal em organizar intervenções e oferecer auxílios, ainda que mínimos, às instituições de caridade e às comunidades que contavam com serviços precários de socorros à população. Por outro lado, tal participação era geralmente motivada pelos abaixo-assinados realizados pela população, bem como pelos apelos dos intelectuais e filantropos que remetiam cartas às autoridades, destacando a precariedade dos serviços de assistência no Distrito Federal e nos arredores da capital. Tais cartas ressaltavam o fato de o grande volume de pobres

que se concentravam nas ruas do Distrito Federal e dormiam ao relento, ser incompatível com o ideal e com a imagem de cidade moderna, progressista e civilizada que se pretendia consolidar. Assim, eles advertiam em suas correspondências que essas circunstâncias poderiam ser evitadas, através da atuação mais efetiva da Prefeitura, a qual deveria conceder um prédio para a fundação de um albergue que abrigaria os necessitados nas horas noturnas. Esta proposta figurou nas cartas enviadas por Adalberto Nogueira Soares e Filipe Grossi, aos vinte e dois de novembro de 1909 e cinco de julho de 1910, respectivamente, para o então prefeito do Distrito Federal, o General Souza Aguiar. A correspondência enviada por Adalberto Soares à Prefeitura do Distrito Federal ressalta a necessidade de a Municipalidade fundar na então capital do Brasil um recolhimento ou albergue noturno, o qual seria gerido por um peticionário escolhido pelo prefeito. Ademais, competiria ao governo do Distrito Federal proceder ao pagamento do salário do peticionário e de um servente responsável pela conservação do albergue, além da doação de uma casa na qual funcionaria o abrigo e, por fim, a fiscalização da instituição e permitir a viabilidade do estabelecimento de caixinhas para donativos nas casas comerciais. Adalberto Soares sugeriu que a instituição recebesse o nome de Recolhimento noturno Municipal.

Percebe-se que outra correspondência enviada por Filipe Grossi, em 1910, para o então prefeito do Rio de Janeiro, o General Souza Aguiar, também ressalta a necessidade de a Municipalidade apoiar a construção de um albergue noturno, o qual ofereceria abrigo aos pobres que dormiam nas ruas da cidade e acabavam interrompendo o trânsito público. É interessante destacar que o interlocutor preocupa-se com esses setores despossuídos, apresentados por Grossi como trabalhadores honestos que, em virtude dos baixos salários, dos índices de desemprego elevados e da crise habitacional que assolava o Rio de Janeiro desde o final do século XIX, encontravam-se sem lar e poderiam ser confundidos com ociosos e vagabundos e como tais serem presos e levados à delegacia. Na prisão, Grossi observa que esses trabalhadores honestos poderiam ficar em contato com delinquentes e gatunos conhecidos, o que acarretaria grave prejuízo para a moralidade. O interlocutor, por sua vez, encaminha os

abaixo-assinados dos cidadãos brasileiros naturalizados, nos quais consta a demanda pela resolução do problema habitacional que afetava diretamente a vida dos trabalhadores do Distrito Federal. Cabe salientar, ainda, que Grossi, a fim de convencer o prefeito a doar uma casa para a fundação do albergue, afirma que a intensa circulação de pobres nas freguesias centrais da cidade poderia denegrir a imagem da “cidade maravilhosa” no exterior. Assim, tais circunstâncias poderiam ser evitadas através da intervenção do poder público na “questão social”. Em síntese, a fundação do abrigo noturno evitaria, por um lado, que os moradores do Rio de Janeiro tivessem que conviver com o mais degradante espetáculo da pobreza. Por outro, minimizaria o processo de marginalização dos trabalhadores brasileiros, evitando que eles se confundissem com gatunos e ociosos nas prisões do Distrito Federal. Grossi propôs, também, que a fundação recebesse o nome de Asilo Noturno Dr. Lauro Sodré e que o seu fim principal consistisse em hospedar gratuitamente os necessitados que a ele recorressem para descansar nas horas noturnas e abrigar-se das instabilidades das estações. À prefeitura caberia o dever de fornecer somente o prédio para nele funcionar o abrigo, o qual seria mantido pela filantropia e pela renda advinda da venda de uma revista mensal.

Outra fonte importante para os fins deste artigo consiste no relatório do Asilo São Francisco de Assis, antigo Asilo da Mendicidade, na medida em que nos permite perceber que o diretor desta instituição convocou o Estado a fomentar projetos e ações no sentido de gerar renda e trabalho para as pessoas saudáveis. Assim, a alternativa apontada pelo diretor do referido asilo consistia na criação de estabelecimentos correcionais pelo Estado, os quais ofereceriam instrução aos mendigos válidos, fator que contribuiria imensamente para a manutenção da ordem social. As perspectivas dos filantropos e intelectuais, bem como dos agentes municipais apontam para a defesa de que somente os inválidos teriam alguma legitimidade para “mendigar”. Ao passo que os pobres saudáveis deveriam ser enviados para as instituições correcionais que os ensinariam um ofício e os obrigariam a trabalhar, e não para o Asilo da mendicidade, instituição destinada ao socorro dos inválidos. Neste relatório consta, por exemplo, uma

alusão do gestor ao caso de Londres em que crianças eram alugadas; trabalhadores atuavam tirando lama das ruas à noite; mulheres se prostituíam e muitos viviam da caridade alheia. A partir dessas considerações, o diretor pondera que o governo deveria estudar como eliminar este mal,

Fundando estabelecimentos onde a gente válida preste serviços, concorrendo diretamente para formar patrimônio e socorrer as despesas das instituições que as ampara; onde, porém como entre nós escasseia o assalariamento e os salários estão elevados, onde se procura quem trabalhe e não se encontra, onde o governo despende enormes quantias a fim de estabelecer a corrente imigratória por falta de braços, só tem o direito de mendigar quem for inválido.¹¹

O exame dessas fontes traz à luz os orçamentos das instituições de caridade e filantrópicas para o ano vigente, bem como as solicitações dos diretores desses estabelecimentos para os poderes públicos, os nomes dos principais doadores, a quantia doada, as formas de auxílio, a quantidade de asilados, além de um dos aspectos que mais nos interessa: as propostas de assistência dos gestores das instituições filantrópicas, caso do Asilo da Mendicidade. Estas séries realçam, também, as principais demandas e particularidades das instituições de socorro aos desvalidos, assim como nos revelam o alcance da filantropia, os avanços e os limites da participação do Estado Liberal no que tange à assistência social.

Dentre as fontes analisadas destacam-se, também, as correspondências dos chefes da Polícia do Distrito Federal, as quais salientam que o número de mendigos que faziam das ruas do Rio de Janeiro suas casas era significativo e que os recursos destinados às instituições de caridade eram ínfimos e incapazes de oferecer abrigo e garantir a sobrevivência de todos os pobres. É possível apreender, ainda, que as subvenções concedidas pelo Estado a essas instituições eram insuficientes para que seu propósito de assistência fosse cumprido. Paralelamente, tal fato inviabilizava o cumprimento das leis e dos projetos aclamados pela Municipalidade, durante a gestão de Pereira Passos, que tinham como objetivo recolher os pobres inválidos das ruas,

¹¹ “Relatório do Asilo da Mendicidade”. 20/05/1893. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). 37-4-51.

levando-os para os abrigos e, ao mesmo tempo, punir os mendigos válidos. Esses documentos nos mostram que a Polícia ressaltava seus esforços no sentido de assistir e recolher os mendigos desvalidos das ruas do Rio de Janeiro, no entanto, não encontrava respaldo por parte da Municipalidade. Assim, diante do pouco número de vagas disponíveis nas instituições filantrópicas, os mendigos que não eram considerados inválidos pela Comissão de Inspeção da Saúde, além de não serem punidos, na maioria das vezes, acabavam voltando para as ruas e para os antigos locais nos quais pediam esmola antes de serem abordados pela Polícia. Vale ressaltar que as ocupações dos pobres em geral se restringiam às seguintes: biscateiros, domésticas, jornaleiros, carpinteiros, pedreiros, entre outros ofícios que não eram contemplados pelos benefícios proporcionados pelas sociedades de socorros mútuos, uma vez que não atendiam aos critérios de ingresso estipulados por essas confrarias. No entanto, como era de se esperar, a maioria dos asilados eram apresentados como “indigentes”.

Considerações finais

O exame das charges em destaque neste artigo permite-nos chegar a algumas conclusões sobre o impacto e o desdobramento da Reforma Urbana do Distrito Federal sobre o cotidiano dos seus moradores. Por um lado, foi possível perceber que os trabalhadores e os pobres em geral foram duramente prejudicados pela crise imobiliária que se instalara sobre a capital federal, desde o final do século XIX, e que fora agravada pelo “bota-abaixo” levado a cabo durante a gestão de Passos. Da mesma forma, que esses grupos estavam longe de serem abarcados pelas associações de socorros mútuos, dado os laços empregatícios frágeis e a forte competição que pairava sobre o mercado de trabalho. Tais setores também estavam longe de serem contemplados minimamente pelos modestos serviços de assistência pública existentes à época. As charges propagadas pelo periódico *O Malho* salientaram a revolta dos trabalhadores em relação às primazias contempladas pela gestão de Pereira Passos, a qual foi responsável por

modernizar e tornar salubre a capital federal, mas, ao mesmo tempo, deixou para o próximo prefeito a resolução da crise habitacional que fora agravada durante o seu mandato. O “bota- abaixo” aclamado por Passos foi responsável por deixar centenas de trabalhadores sem moradia e sem opções de casas para alugar. Assim, caberia ao próximo gestor, Souza Aguiar resolver este impasse, através da construção de vilas operárias.

Portanto, os chargistas d’*O Malho* exploraram em seus traços, o descaso e esquecimento das autoridades em relação aos trabalhadores que habitavam o Distrito Federal, uma vez que os investimentos públicos estavam sendo canalizados naquele momento para a consolidação de uma imagem civilizada e progressista da região central e dos outros bairros mais valorizados da cidade. Essas imagens nos apresentaram uma interessante realidade, na medida em que são reveladoras dos grupos sociais que tiveram o ritmo de suas vidas alterado pelo processo de reformulação urbana da capital, em maior ou menor grau, e, ao mesmo tempo, nos oferece diferentes pontos de vista acerca da maneira como foram afetados.

A todos estes questionamentos, podemos afirmar, por enquanto, que era amplo o contingente de pessoas relegadas a sua própria sorte, na medida em que as políticas sociais estavam longe de abarcá-las, da mesma forma que estava distante também o momento no qual o Estado chamaria para si a gestão e a organização da assistência social. No entanto, é necessário destacar que o Estado não deixou de realizar intervenções neste campo, sobretudo nos momentos críticos, a despeito de essa ingerência ter se observado mais nos locais que não apresentavam uma atuação organizada da sociedade civil, através da criação e gestão de asilos, hospícios, orfanatos, hospitais e instituições de caridade em geral. No tocante à atuação da municipalidade na área da assistência, observou-se um esforço maior por parte dos prefeitos do Distrito Federal em organizar intervenções e oferecer auxílios, ainda que mínimos, às instituições mantidas pela caridade e filantropia e às comunidades que contavam com serviços precários de socorros à população. Por outro lado, tal participação era geralmente motivada pelos abaixo-assinados realizados pela população, bem como

pelos apelos dos intelectuais e filantropos que remetiam cartas às autoridades, destacando a precariedade dos serviços de assistência no Distrito Federal e nos arredores da capital. Tais cartas ressaltavam o fato de o grande volume de pobres que se concentravam nas ruas do Distrito Federal e dormiam ao relento, ser incompatível com o ideal e com a imagem de cidade moderna e civilizada que se pretendia consolidar. Para tal, a solução adequada seria a doação de um prédio para o funcionamento de um albergue noturno que amenizaria o sofrimento dos pobres e, ao mesmo tempo, reduziria o risco que eles representavam para a ordem social.

A documentação analisada até agora nos permite afirmar, por enquanto, que os intelectuais e os filantropos promoveram análises acuradas acerca da forma como os países europeus, ditos “civilizados”, organizavam seus serviços de assistência e tratavam as vítimas do pauperismo, para que pudessem situar os problemas sociais do Brasil. Neste sentido, é possível concluir que os filantropos mobilizaram esforços no sentido de oferecer o mínimo de assistência aos despossuídos, através do estabelecimento de parcerias com os poderes públicos, os quais foram convocados por esses beneméritos a fornecer algum subsídio, ainda que mínimo, como por exemplo, a doação de prédios ou casas para a fundação de albergues noturnos. Percebe-se, também, que eles exigiram uma ínfima colaboração por parte do Estado para que o povo não morresse à míngua, uma vez que as ações e os projetos mais relevantes continuariam a ser executados pela própria sociedade civil durante boa parte da Primeira República.

Fontes:

O Malho. 25/06/1904. Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Número 93.

O Malho. 28/05/1904. Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Número 89.

O Malho. 25/06/1904. Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Número 93.

“Mendicidade”: Albergue noturno. 22/11/1909. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). 39- 4-7.

“Mendicidade”. 5/07/1910. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). 39-4-9.

“Relatório do Asilo da Mendicidade”. 20/05/1893. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). 37-4-51.

Referências bibliográficas

BATALHA, Cláudio. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. P. 11.

MAUL, Carlos. *O Rio de Janeiro da bela época*. Rio de Janeiro: Livr. São José, 1967. P. 15.

NEVES, Margarida de Souza; HEIZER, Alda. *A ordem é o progresso: o Brasil de 1870 a 1910*. São Paulo: Atual, 1991.

SILVA, L. *O povo no imaginário letrados: As representações dos setores populares nas páginas da revista O Malho*. 2014. 201f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

TOMASCHEWSKI, C. *Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva: A distribuição da assistência a partir das irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre*. 2014. 242f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. P.61.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: UnB, 1981.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República*. História, Ciências, Saúde- Manguinhos vol.18 supl.1 Rio de Janeiro Dec. 2011.